# CONURBAÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE. O CASO DE CARAGUATATUBA / SÃO SEBASTIÃO.

# Ellen Melo Ribeiro de Sousa, Daniel José de Andrade, Cilene Gomes.

Univap/Curso de Arquitetura e Urbanismo, Av.Shishima Hifumi,2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil Arquitetura e Urbanismo, ellenmelsousa10@gmail.com, dan.jose.andrade@gmail.com, cilenegomes2011@gmail.com.

Resumo – O artigo aborda a conurbação na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, apresentando as principais conurbações que se constituíram com a intensificação da urbanização regional, os deslocamentos populacionais e melhores condições de vida. Com a oferta de empregos e estabelecimentos educacionais em diferentes cidades da região, movimentos pendulares têm se intensificado nas últimas décadas, e constituem um indicador de interdependências entre municípios conurbados, como é o caso de Caraguatatuba e São Sebastião, em foco nesse estudo. A análise aqui iniciada também será a base para discutir aspectos ligados à questão da institucionalização da região metropolitana e seus desdobramentos.

**Palavras-chave:** Conurbação, Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Caraguatatuba, São Sebastião

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas- Planejamento Urbano Regional

## Introdução

No século XX e sobretudo em sua segunda metade, com a industrialização e os investimentos dos estados em intervenções e infraestruturas urbanas e regionais, as cidades passam a funcionar como atrativos para a migração da população e da mão de obra (MARICATO, 2011). Com o aumento populacional nas cidades e de suas demandas, concepções de planejamento e planos diretores e urbanísticos foram sendo desenvolvidos para enfrentamento dos problemas surgidos com o crescimento urbano (DEAK, 1999).

Vivemos hoje um novo patamar da integração territorial brasileira, com uma nova qualidade do sistema urbano, não apenas por causa da maior densidade da configuração territorial, mas também por causa do seu conteúdo social (SANTOS, 1994, p.125).

Nesse contexto, o fenômeno da conurbação será o objeto deste artigo, entendido inicialmente como resultante da intensificação dos processos de reestruturação produtiva e da urbanização, tal como ocorreram na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), gerando conurbações. Para Villaça (1998) a conurbação é um fenômeno sócio espacial que ocorre quando existe junção das estruturas urbanas de duas ou mais cidades, de modo a funcionarem como se fossem uma única cidade.

O artigo propõe-se a mapear as conurbações dessa região, focalizando o caso de Caraguatatuba e São Sebastião, e à luz de uma compreensão teórica do fenômeno e das especificidades do atual período da globalização no contexto brasileiro, discutir a validade do critério da conurbação (continuidade territorial do espaço urbano), para a criação das regiões metropolitanas

Conforme preceito da Constituição Federal de 1988 e instituída pelo governo do Estado de São Paulo, pela Lei Complementar 1.166, em 09/01/2012, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) é composta por cinco sub-regiões e 39 municípios, e se insere no território da macrometrópole paulista. Localizada estrategicamente entre as duas regiões metropolitanas mais importantes do país, a RMVPLN concentra 2,4 milhões de habitantes e destaca-se pelo agrupamento de atividades econômicas variadas, com especializações produtivas (EMPLASA, 2017).

## Metodologia

A metodologia utilizada nessa pesquisa envolveu referências bibliográficas e de natureza documental e normativa, para compreensão dos fenômenos de urbanização, conurbação e regiões metropolitanas, com a consulta de livros, planos e marcos regulatórios.

Para a realização das cartografias presentes neste estudo foram usadas bases de dados do IBGE para o ano de 2010, tais como arquivos de dados geoespaciais, a exemplo das malhas municipais de 2010 para a RMVPLN, e ainda, os dados estatísticos de pendularidade – indicando o total de pessoas que trabalham e estudam e o respectivo deslocamento entre municípios de origem e destino –, obtidos na seção do endereço eletrônico intitulada Arranjos Populacionais do Censo Demográfico de 2010. Esses dados permitiram a disposição hierárquica dos fluxos pendulares nos municípios do Litoral Norte e demais municípios da RMVPLN.

O mapeamento da evolução da área urbanizada e construída para os anos de 1984, 1994, 2004 e 2015 teve por base imagens de satélite LANDSAT, disponível no endereço eletrônico USGS acessadas no ano de 2017. As imagens referem-se aos sistemas orbitais: LANDSAT 5 TM para os anos de 1984, 1994 e 2004 e Landsat 8 OLI para o ano de 2015, todas com resolução espacial de 30 metros. O uso do software de ambiente SIG – Arcgis foi primordial para a confecção cartográfica realizada pelos autores.

## Resultados

Localizada na RMVPLN, estado de São Paulo (Figura 1), a área de estudo abrange os municípios litorâneos de Caraguatatuba e São Sebastião, sendo a Rodovia dos Tamoios (SP-099) o principal acesso direto a Caraguatatuba com origem em São José dos Campos, e a Rodovia SP-055 o acesso com origem em Santos a São Sebastião e a Caraguatatuba.

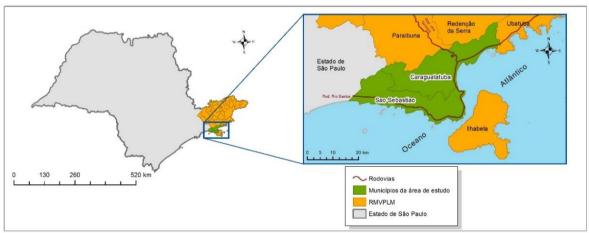


Figura 1: Localização dos municípios de São Sebastião e Caraguatatuba

Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pela autora.

O recorte territorial das regiões metropolitanas define os limites político-administrativos da unidade de planejamento criada pelo governo estadual. Quanto ao fenômeno metropolitano constituído no território pode ser entendido pelas áreas onde diversas "cidades" interagem com grande frequência e intensidade, a partir de uma interdependência funcional baseada na unidade das infraestruturas urbanas (SANTOS, 1994, p.66-67).

O processo de conurbação ocorre quando uma cidade, mediante o crescimento de seu espaço construído, passa a "absorver" núcleos urbanos localizados à sua volta. Uma cidade absorve a outra quando passa a absorver com ela uma intensa vinculação sócio econômica (VILLACA, 1998, p.51).

Por causa da dinâmica urbana e a existência de interdependência, as cidades Jacareí-São José dos Campos e Aparecida-Guaratinguetá foram consideradas, no início dos anos de 1970, pelo CODIVAP, como conurbações iminentes e o caso de São José dos Campos, Caçapava, Taubaté e Pindamonhangaba conurbações possíveis (KURKDJIAN, 1971).

A partir da década de 1970, a região passou por um grande crescimento urbano industrial ao longo da Rodovia Presidente Dutra, como consequência da própria condicionante física favorável (nos terraços acima da várzea do Rio Paraíba do Sul), da indução da rodovia e do movimento de descentralização industrial a partir da região metropolitana de São Paulo (MACRO EIXO PAULISTA, 1978). Com a descentralização industrial na região, grande parte da população instalou-se nas proximidades do eixo da Rodovia Presidente Dutra contribuindo para o aumento demográfico e a

concentração urbana, ocasionando ou reforçando conurbações em locais como: Jacareí-São José dos Campos-Caçapava; Aparecida-Guaratinguetá; Taubaté-Tremembé e no litoral, Caraguatatuba-São Sebastião.

Segundo Cannizza Filho (2000), além dessas conurbações resultantes do desenvolvimento trazido pelo principal eixo rodoviário da região, seriam também perceptíveis as conurbações de Cruzeiro-Lavrinhas e Lorena-Canas-Cachoeira Paulista, sendo que o mesmo autor destaca a proximidade de Potim com Taubaté e Tremembé.

No caso da conurbação que integra São José dos Campos e Jacareí, e a de Aparecida e Guaratinguetá, segundo o CODIVAP, o fenômeno se dava pela existência de loteamentos pertencentes aos dois municípios. O caso do agrupamento São José dos Campos-Caçapava-Taubaté-Pindamonhangaba, foi base de uma politica territorial de uso do solo para preenchimento de vazios interurbanos (KURKDJIAN, 1971).

A Figura 2 mostra as principais conurbações na RMVPLN, todas apresentando agrupamentos de municípios limítrofes e interdependências em diferentes graus: Jacareí-São José dos Campos-Caçapava; Aparecida-Guaratinguetá; Taubaté-Tremembé e, no litoral, Caraguatatuba-São Sebastião, o caso em observação a seguir.

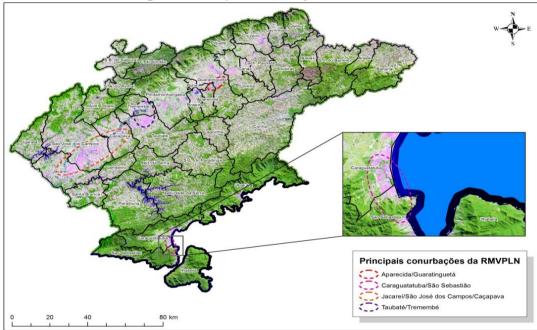


Figura 2: Principais conurbações da RMVPLN

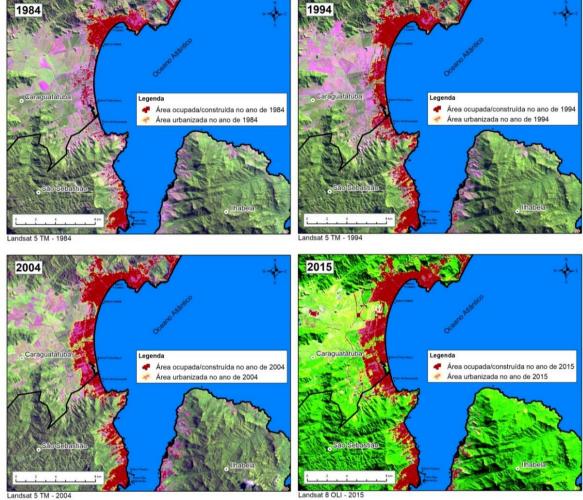
Fonte: IBGE 2010, USGS, 2017. Elaborado pelos autores.

A formação geomorfológica entre os munícipios de Caraguatatuba e São Sebastião é composta por um relevo com grande área plana limitada pela Serra do Mar e o Oceano Atlântico. Na parte continental, a formação rochosa atua como um divisor físico no acesso entre os dois municípios. Assim, a área plana pertencente em maior proporção ao município de Caraguatatuba tornou-se o terreno mais favorável à ocupação urbana. Atravessada pela Rodovia Rio-Santos, que liga importantes municípios litorâneos paulistas e funciona como uma grande avenida, a área teve posteriormente seu entorno ocupado por unidades residenciais e ao longo da rodovia, a predominância de comércios e serviços, dentre eles, a presença de hotéis e pousadas, shopping, hipermercados, bancos e outras unidades de grande e médio porte.

A Figura 3 mostra quando surge e como se apresenta territorialmente o fenômeno da conurbação das cidades de São Sebastião e Caraguatatuba ao longo das décadas. Em 1984 nota-se uma pequena ocupação urbana da área na porção sul do município de Caraguatatuba. Em 1994, já era visível a conurbação em seu principio. Em mais 10 anos, até 2004, verifica-se o crescimento da mancha urbana no local e a conurbação das estruturas urbanas dos dois municípios já consolidada. No ano de 2015 já são observáveis no mapa a construção dos novos projetos econômicos estratégicos, a saber, a duplicação do acesso ao Porto de São Sebastião (Contorno Sul) e a

instalação da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGC) ligados à exploração de gás marítimo.

Figura 3: Evolução da área urbana entre os municípios de Caraguatatuba e São Sebastião de 1984 a 2015



Fonte: USGS, 2017. Elaborado por Daniel José de Andrade.

Ainda que uma análise mais circunstanciada dessa conurbação deva ser realizada no desenvolvimento da pesquisa, após o artigo, a conjugação das estruturas urbanas dos bairros de Porto Novo em Caraguatatuba, e Praia da Enseada em São Sebastião, algumas indagações, observações ou suposições podem ser enunciadas.

Como se constituiu de fato essa área conurbada? A primeira vista, a conurbação parece ter sido decorrência da expansão urbana ao longo da estrada-avenida no trecho de Caraguatatuba. A mancha urbana de São Sebastião em 1994 estava assentada basicamente nas imediações do morro e de forma descontinua, no pedaço da estrutura urbana conurbada com Caraguatatuba. Embora detalhes da ocupação da área hoje conurbada possam ser melhor investigados junto às respectivas prefeituras municipais, pode-se supor uma relação socioeconômica cotidiana entre os moradores locais, em razão das relações de vizinhança de habitações e de comércios e serviços, bem como pelo trânsito local ou de pedestres e dos transportes públicos ou individuais e, ainda, pela continuidade de infraestruturas.

Segundo Villaça (1998), os deslocamentos espaciais de pessoas caracterizam a dinâmica do espaço intra-urbano. Esses deslocamentos podem ser rotineiros, diários ou quase diários e se dão por motivos de trabalho, educação e outros. Esse fenômeno é conhecido como movimento pendular,

quando os indivíduos que moram em uma cidade se deslocam para trabalhar, estudar, fazer compras ou para outras atividades urbanas.

Com os dados do IBGE de 2010, constata-se uma interdependência funcional entre os municípios de Caraguatatuba e São Sebastião, a partir dos deslocamentos populacionais pendulares por razão de trabalho ou estudo. Analisando as tabelas de movimentos pendulares, nota-se que no litoral norte as cidades de São Sebastião e Caraguatatuba apresentam maior interação entre si do que com as cidades de Ubatuba. Ilhabela e demais cidades da RMVPLN.

O movimento pendular com origem em Caraguatatuba para São Sebastião desloca diariamente mais de 2700 pessoas. Com origem em São Sebastião para Caraguatatuba os deslocamentos totalizam mais de 1800 pessoas (IBGE, 2010), enquanto que os deslocamentos para outras cidades como Ubatuba, Ilhabela e demais municipios da RMVPLN são em menores quantidades se comparados com as duas cidades.

A Figura 4 representa os deslocamentos pendulares entre as cidades litorâneas e a RMVPLN, demonstrando a interdependência e a intensidade dos fluxos entre as cidades de Caraguatatuba e São Sebastião.

Demais municipios
as RRAPEN

Demais municipio

Figura 4: Movimento pendular em razão de trabalho e estudo - Caraguatatuba e São Sebastião, 2010

Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Daniel José de Andrade.

Essa relação de interdependência das cidades pode em parte retratar o fenômeno da conurbação e se liga à importância econômica, social e cultural de um núcleo urbano (VILLAÇA,1998). Na conurbação, a dinâmica urbana e a ocupação do solo é a base para que as diretrizes viárias e estratégias de desenvolvimento sejam compatíveis à intensidade de comunicação diária (KURKDJIAN, 1971).

## Discussão

Hoje, no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, das Constituições Estaduais e outras normas são estabelecidos parâmetros e critérios para a institucionalização de regiões metropolitanas. A conurbação é um critério de avaliação técnica do fenômeno metropolitano, junto a outros critérios, tais como, a quantidade populacional, o agrupamento de municípios limítrofes, integração ou interdependências funcionais, relevância política e socioeconômica (RIBEIRO; SANTOS JÚNIOR; RODRIGUES, 2015).

Observa-se no processo recente de criação das regiões metropolitanas pelos governos estaduais, que nem sempre há uma correspondência entre o fenômeno ou fato metropolitano e a unidade territorial definida como região metropolitana para servir de unidade de planejamento. Por causa disso, algumas regiões metropolitanas têm sido definidas pela existência de interesses políticos ligados à possibilidade de obtenção de recursos. Assim, nas últimas décadas, sobretudo junto ao PAC, houve uma proliferação de regiões metropolitanas sem relação adequada com o fenômeno metropolitano. No caso da criação da RMVPLN em 2012, o agrupamento de municípios limítrofes e a presença de conurbações foram aspectos apontados para justificar o fato metropolitano na região

Dias 26 e 27 de outubro de 2017

(RIBEIRO; SANTOS JÚNIOR; RODRIGUES, 2015), há discussões sobre sua realidade metropolitana.

A pesquisa iniciada para o artigo permitiu entender que a conurbação e a interdependência funcional são aspectos interligados na dinâmica urbana-regional. Na conurbação, há alguma interdependência social e funcional limitada ao território conurbado, mas a conurbação não é condição territorial obrigatória para haver as interdependências sociais ou funcionais entre os municípios onde se localiza o território conurbado. Principalmente com a globalização das interdependências hoje possível pelos modernos meios de comunicação e informação incorporados aos processos sócio econômicos.

O desenvolvimento da pesquisa sobre as conurbações na RMVPLN e, dentre elas, a conurbação litorânea deve prosseguir para ampliarmos a discussão sobre o que é metropolitano e sobre as relações com as interdependências funcionais entre municipios. Estas relações são importantes de serem melhor compreendidas porque também se ligam ao principio da integração das ações e das funções públicas de interesse comum, bastante em foco hoje nos estudos e debates sobre as regiões metropolitanas e o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) que todas deverão ter elaborado até 2018, segundo o estabelecido pelo Estatuto da Metrópole.

### Conclusão

A partir da definição de conurbação, do mapeamento das conurbações na RMVPLN e da observação da conurbação litorânea entre São Sebastião e Caraquatatuba, a importância do estudo foi ressaltada em relação a aspectos da questão atual das regiões metropolitanas, as interdependências entre municípios que estão na base da necessária integração de ações interfederativas para "a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum" (BRASIL, 2015).

### Referências

BRASIL. Lei 13.089, de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, 2015. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm</a> Acesso em: 08 de ago. 2017.

CANNIZZA FILHO, José Roberto. O fenômeno de conurbação a área conturbada de São José dos Campos/ Jacareí. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2000.

DEAK, Csaba. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999.

EMPLASA. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, 2017. Disponível em: < https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN/>. Acesso em: 22 jun. 2017.

IBGE. Censo demográfico, 2010. Disponível em:

<a href="http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm">http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm</a>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MARICATO, Ermínia. Metrópoles Desgovernadas. Estud. av., v. 25, n. 71, São Paulo, Jan./Abr., 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext& pid=S0103-40142011000100002> Acesso em: 22 jun. 2016.

MACRO EIXO PAULISTA, PLANO REGIONAL DO: resumo. São Paulo: Secretaria de economia e planejamento,

RIBEIRO, Q.C.L; SANTOS JÚNIOR, O. A.; RODRIGUES, M. J. Estatuto da Metrópole: Avanços, limites e desafios, Observatório das Metrópoles, 12 jun. 2015.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo, SP: Hucitec, 1994.

VILLACA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, Nobel, 1998.

KURKDJIAN, Maria de Lourdes Neves de Oliveira. et al. CODIVAP. Macrozoneamento da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo. São José dos Campos, SP: INPE, 1971.